



Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Segunda Diretoria
Gerência-Geral de Alimentos
Gerência de Avaliação de Risco e Eficácia

OFÍCIO Nº 34/2022/SEI/GEARE/GGALI/DIRE2/ANVISA

Senhor
Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo Ala A, 4º Andar, Sala 401, - Bairro Zona Cívico-Administrativa – Telefone: (61) 3218-2014/2684
CEP 70043900 Brasília/DF

lucio.kikuchi@agro.gov.br
gab.dipo@agro.gov.br
luciana.meneghetti@agro.gov.br

Assunto: Aditivos em produtos láteos.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 25351.936085/2022-21.

Senhor Diretor,

1. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) possui a competência de regulamentar aditivos alimentares conforme art. inciso II, § 1º do 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Por este motivo, a Agência vem consolidando a legislação referente aos aditivos alimentares, conforme disponibilizado na ferramenta de consulta dos aditivos alimentares permitidos na legislação disponível no [portal](#) da Anvisa.

2. Como é de conhecimento do MAPA, estão sendo discutidos no âmbito do Mercosul os aditivos alimentares permitidos para produtos lácteos. Dentre as categorias em discussão atualmente estão leites fermentados, queijos, leites fluidos, bebidas lácteas e cremes de leite. No entanto, não estão sendo consideradas as categorias de misturas lácteas e de outros produtos lácteos análogos, como análogos de queijo.
3. Apesar de atualmente não existirem categorias de alimentos específicas que permitem o uso de aditivos alimentares nos produtos análogos como mistura láctea condensada e análogos de queijo conforme disponibilizado no portal indicado, a Anvisa tem recebido questionamentos tanto do setor produtivo quanto da vigilância sanitária sobre o uso de aditivos alimentares nestes produtos. Nos questionamentos recebidos, estamos informando que a legislação sanitária brasileira não permite o uso de aditivos nestes produtos.
4. Considerando o exposto, solicitamos esclarecimentos se estes produtos estão sendo regularizados junto ao Ministério e, caso estejam, quais referências estão sendo usadas como base para a regularização.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Fernandes Nantes de Castilho, Gerente-Geral de Alimentos**, em 16/12/2022, às 21:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2182475** e o código CRC **8B6AE8F4**.

S.I.A. Trecho 5, Área Especial 57 - Telefone: 0800 642 9782
CEP 71.205.050 Brasília/DF - www.anvisa.gov.br